



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AL

ANEXO II
CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DEFINIÇÕES

1.1. Objeto.

1.1.1. Este Caderno de Encargos e Especificações compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo CONTRATANTE – Polícia Federal – para a contratação, execução, fiscalização e controle de serviços da Reforma da pavimentação da entrada da Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas (SR/PF/AL), localizada na Av. Walter Ananias, 705 - Jaraguá, Maceió - AL, 57022-065.

1.2. Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

1.2.1. Conjunto de especificações, critérios, condições e procedimentos técnicos estabelecidos pelo CONTRATANTE para a contratação, execução, fiscalização e controle de obras ou serviços.

1.3. Contratada.

1.3.1. Empresa ou profissional contratado, de acordo com a legislação em vigor, para execução da obra ou serviço.

1.4. Contratante.

1.4.1. Polícia Federal - PF.

1.5. Cronograma Físico-Financeiro.

1.5.1. Representação gráfica do andamento previsto para a obra ou serviço, em relação ao tempo e respectivos desembolsos financeiros. O Cronograma Físico-Financeiro é dividido em:

- a) Item: cada uma das barras horizontais do cronograma, ou seja, serviços individualizados necessários para a realização total do objeto do contrato;
- b) Etapa: cada uma das partes em que está dividido um item, correspondendo, a cada uma delas, uma parcela do prazo total de execução constante do cronograma;
- c) Fase: conjunto das diversas etapas do cronograma realizadas em determinado tempo;
- d) Período: lapso temporal previsto para início e término de determinada etapa da obra ou serviço.

1.6. **Registro de Ocorrências.**

1.6.1. São todos os documentos gerados entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, como atas de reunião, diário de obra, correio eletrônico, informações e ofícios, entre outros, que subsidiam e comprovam a coordenação do objeto pela FISCALIZAÇÃO em conjunto com a executante; além de fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento do serviço.

1.7. **Discriminação Técnica.**

1.7.1. Conjunto de materiais, equipamentos e técnicas de execução a serem empregados na obra ou serviço.

1.8. **Disposições Gerais.**

1.8.1. Conjunto de normas, instruções e procedimentos técnicos para a licitação, contratação e fiscalização de obras ou serviços.

1.9. **Especificações de Materiais e Equipamentos.**

1.9.1. Normas destinadas a fixar as características, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semiacabados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semiacabados.

1.10. **Fiscalização**

1.10.1. Atividade de acompanhamento sistemático, pelo CONTRATANTE, da obra ou serviço de Engenharia e Arquitetura, verificando o cumprimento das disposições contratuais em todos os seus aspectos.

1.11. **Instruções Técnicas**

1.11.1. Conjunto de indicações para se tratar e levar a termo um serviço técnico de Engenharia e Arquitetura, definindo e caracterizando o seu objeto, nelas incluído o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

1.12. **Materiais ou Equipamentos Similares**

1.12.1. A equivalência de componentes da edificação será fundamentada, se necessário para o objeto específico e solicitada pela FISCALIZAÇÃO, em certificados de testes e ensaios realizados por laboratórios idôneos, aceitos pelo CONTRATANTE e adotando-se os seguintes critérios:

a) **Materiais ou equipamentos similares / equivalentes** – Que desempenham idêntica função e apresentam as mesmas características exigidas nos projetos. O ajuste será feito sem compensação financeira para as partes e deverá ser autorizado pela FISCALIZAÇÃO no Diário de Obras.

b) **Materiais ou equipamentos similares / semelhantes** – Que desempenham idêntica função, mas não apresentam as mesmas características exigidas nos projetos. O ajuste será feito com compensação financeira (glosas ou adições) para uma das partes e somente poderá ser autorizado pelo CONTRATANTE, através de aditivo contratual.

c) **Materiais ou equipamentos simplesmente adicionados ou retirados** – Que durante a execução foram identificados como sendo necessários ou desnecessários à execução dos serviços e/ou obras. O ajuste será feito com compensação financeira (glosas ou adições) para uma das partes e somente poderá ser autorizado pelo CONTRATANTE, através de aditivo contratual.

1.13. Medição de Serviços

1.13.1. Apuração dos quantitativos e valores realizados das obras ou serviços com base em critérios previamente definidos neste caderno de encargos e especificações técnicas. Casos omissos serão definidos com base nas orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União ou por sistemas técnicos oficiais.

1.14. Obra de Engenharia e Arquitetura

1.14.1. Trabalho segundo as determinações do projeto e as normas adequadas, destinadas a modificar, adaptar, recuperar ou criar um bem, ou que tenha como resultado qualquer transformação, preservação ou recuperação do ambiente natural, doravante denominado simplesmente obra.

1.15. Prazo Global

1.15.1. É o prazo, em dias corridos, para a realização total das obras ou serviços, conforme estabelecido no Edital, nele excluindo-se o dia de início e incluindo-se o de conclusão das obras.

1.16. Prazo Parcial

1.16.1. É o prazo, em dias corridos ou úteis, para realização de cada uma das etapas do Cronograma Físico-Financeiro previstas no Ato Convocatório.

1.17. Serviço de Engenharia e Arquitetura

1.17.1. Serviço que envolve atribuições profissionais de Engenheiro ou Arquiteto, relativo à manutenção, conservação, demolição, conserto, reforma, fabricação, montagem, operação, reparo e instalação de bens, equipamentos e instalações, e serviços técnicos profissionais de Engenharia e Arquitetura.

1.18. Serviços Técnicos Profissionais de Engenharia e de Arquitetura

1.18.1. Serviços que envolvem atribuições profissionais de Engenheiro ou Arquiteto, relativos à supervisão, orientação técnica, coordenação, estudo, planejamento, projeto, especificação, assistência técnica, assessoria, consultoria, ensaio, vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo, parecer técnico, elaboração de orçamento, apropriações e FISCALIZAÇÃO, sondagens e topografia.

1.19. Metrologia e Normatização

1.19.1. Todas as grandezas mencionadas nestas e em quaisquer documentos relativos aos serviços e obras propostos deverão estar expressas nas unidades do Sistema Internacional de Unidades, adotado também pelo Brasil em 1962 e ratificado pela Resolução nº 12 de 1988 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, de uso obrigatório em todo o Território Nacional.

1.19.2. Deverão ser respeitadas as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as portarias ministeriais e interministeriais e as normas das agências reguladora nos devidos serviços executados e na definição dos insumos, assim como normas aceitas e aprovadas internacionais quando as normas nacionais não contemplem as especificações e serviços propostos. Além disso, deverão ser respeitadas as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214 de 08/06/1978, em particular a NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), NR-9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

1.19.3. Na eventualidade de conflitos entre este Caderno de Encargos e Especificações

Técnicas, códigos, normas, desenhos etc., prevalecerá o critério mais rigoroso, de melhor qualidade e eficácia, sendo que as questões remanescentes deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO, para aprovação por escrito, sempre antes de se iniciar o projeto e/ou fabricação do componente das instalações ou sistema.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1. Da Vistoria Técnica (Pré-licitação)

2.1.1. Conforme o **item 5** do Termo de Referência.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

3.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

3.3. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

3.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

3.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

3.6. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidos.

3.7. Prestar os esclarecimentos solicitados pela empresa, pertinentes ao objeto do presente instrumento.

3.8. Rejeitar todo e qualquer produto que estiver fora das especificações, solicitando imediata e expressamente sua substituição, que deverá ser realizada em até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da notificação.

3.9. Informar a Contratada o endereço para entrega do objeto.

3.10. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Obrigações da Fase de Obra

4.1.1. Nesta fase deverão ser executados os serviços totalmente previstos, estipulados e aprovados anteriormente (Projeto Legal e Projetos Executivos).

4.1.2. A contratada deverá executar a obra conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

4.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato. Essas ações serão efetuadas nos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

- 4.1.4. Manter o (s) empregado (s) nos horários predeterminados pela Administração.
- 4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 4.1.6. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do Órgão.
- 4.1.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 4.1.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 4.1.9. Apresentar ao CONTRATANTE, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes do início das obras, lista para cadastro com a relação nominal de todos os empregados que adentrarão o local para a execução dos serviços, bem como a relação dos veículos (e placas) que porventura acessarão as dependências da **SR/PF/AL**, durante o prazo da obra. No ato desta apresentação deverão ser fornecidas cópias (física e arquivo pdf pesquisável) dos documentos de identidade de todos os funcionários envolvidos. Tais medidas são tomadas em virtude dos procedimentos de segurança orgânica da Superintendência de Polícia Federal em Alagoas. **LEMBRANDO QUE A NÃO OBSERVÂNCIA DESTES ITENS ACARRETARÁ NA IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO À OBRA NAS DEPENDÊNCIAS DA POLÍCIA FEDERAL, POR PARTE DE QUALQUER FUNCIONÁRIO DA CONTRATADA.**
- 4.1.10. Em caso de mudança no quadro de funcionários durante o período de obras, o procedimento de apresentação prévia de nova lista deverá ser obedecido com o mesmo prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência.
- 4.1.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 4.1.12. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste instrumento licitatório.
- 4.1.13. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 4.1.14. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.15. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 4.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 4.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 4.1.19. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos, instaladores ou troca de peças defeituosas enquanto perdurar a vigência da garantia oferecida pela Contratada, sem qualquer ônus à Contratante.
- 4.1.20. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus

empregados ou prepostos quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

4.2. Planejamento das Obras

4.2.1. Compete aos LICITANTES fazer prévia visita ao local da obra para proceder a minucioso exame das condições locais, averiguarem os serviços e materiais a empregar.

4.2.2. Quaisquer dúvidas referentes ao escopo dos fornecimentos e serviços e/ou nos projetos ou especificações, deverão ser previamente esclarecidas junto ao CONTRATANTE, visto que, depois de apresentada a proposta, o CONTRATANTE não acolherá nenhuma reivindicação. Omissões, por parte da CONTRATADA, jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

4.2.3. Os LICITANTES deverão prever todos os custos envolvidos, não sendo aceitas alterações da planilha de custos após a licitação.

4.2.4. A CONTRATADA deverá ter em seu quadro técnico profissionais com formação em engenharia e prepostos, convenientemente credenciados junto ao CONTRATANTE, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, condução, controle e FISCALIZAÇÃO das obras e serviços de construção, nos moldes da NBR 5671/90.

4.2.5. A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, nem interfiram negativamente no andamento da obra.

4.2.6. A CONTRATADA será responsável pela proteção de todos os componentes da obra e instalações de energia elétrica e drenagem pluvial e outros serviços, ao longo e adjacentes à obra, devendo corrigir imediatamente, as suas expensas, quaisquer avarias que provocar nas mesmas.

4.2.7. A CONTRATADA cuidará para que todos os serviços e obras executadas acarretem a menor perturbação possível ao Órgão e a todos e quaisquer bens, público ou privado, adjacentes à obra.

4.2.8. Se para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-los, às suas expensas exclusivas, e submetê-las a aprovação da FISCALIZAÇÃO.

4.2.9. Os desenhos de execução, se necessários, deverão ser entregues por partes, de acordo com as prioridades, em função dos cronogramas da obra, em três vias, sendo uma delas devolvida à CONTRATADA após análise. Os serviços contidos nestes desenhos não poderão ser iniciados sem aprovação formal da FISCALIZAÇÃO.

4.2.10. A execução de todos os serviços contratados obedecerá, rigorosamente, aos projetos fornecidos e às especificações, que complementam no que couber, o contido neste Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, do qual a CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento.

4.2.11. A CONTRATADA deverá atender toda e qualquer orientação técnica e limitações impostas nos diversos projetos relacionados à referida obra. Em caso de dúvida consultar os autores dos projetos executivos sob sua coordenação e a FISCALIZAÇÃO quanto ao Projeto.

4.2.12. Para a presente obra, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, todos os materiais, equipamentos, acessórios, mão-de-obra, mesmo que não explicitamente descrito nas especificações e/ou projetos, porém indispensáveis à conclusão e perfeito funcionamento de todas as instalações executadas que fazem parte do escopo dos serviços. Todavia, nenhum material ou equipamento deverá ser instalado, até que o CONTRATANTE aprove os projetos executivos completos.

4.2.13. As obras deverão ser programadas pela CONTRATADA, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO, dentro das limitações de espaço e horários que forem acordados, de forma a serem coerentes com os critérios de segurança e com a exequibilidade das reformas dentro do prazo máximo

estabelecido no ato convocatório.

4.2.14. Todas as medidas deverão ser conferidas no local, não cabendo nenhum serviço extra por diferenças entre as medidas constantes no projeto e o existente.

4.2.15. A obra deverá ser entregue completamente limpa e desimpedida de todo e qualquer entulho ou pertence da CONTRATADA, e com as instalações em perfeito funcionamento.

4.2.16. Qualquer prejuízo causado ao CONTRATANTE, em virtude de atraso na finalização dos serviços, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive em relação aos itens da planilha orçamentária que estejam atrelados aos prazos estipulados para o serviço ou obra.

4.2.17. Caso sejam identificados locais com problemas para a instalação de equipamentos, ou que venham a ter acesso difícil para manutenção, isso deverá ser transmitido ao CONTRATANTE para que sejam providenciados os acessos necessários.

4.3. Amostras e Critérios de Analogia

4.3.1. A CONTRATADA deverá submeter à apreciação da FISCALIZAÇÃO, quando lhe forem solicitadas, amostras dos materiais e/ou acabamentos a serem utilizados na obra, podendo ser submetidas a ensaios de natureza destrutiva ou não, no processo de verificação.

4.3.2. Todos os materiais e/ou equipamentos a empregar nas obras deverão ser novos, de qualidade compatível com o serviço respectivo, devendo satisfazer rigorosamente às especificações de materiais e equipamentos. Deverá ser um produto de linha normal de fabricação, de empresa já estabelecida no mercado e que possua experiência comprovada na fabricação dos mesmos, de modo a prover a necessária qualidade, acabamento e durabilidade desejada. Não será admitido o emprego de materiais usados ou de materiais diferentes dos especificados, a não ser aqueles previstos para reutilização e/ou restauração.

4.3.3. A aquisição dos materiais pela CONTRATADA deverá ser planejada de maneira a se evitar eventuais atrasos no cronograma devido à necessidade de prévia encomenda dos mesmos.

4.3.4. A CONTRATADA só poderá aplicar qualquer material e/ou equipamento depois de submetê-lo à exame e aprovação da FISCALIZAÇÃO, a quem caberá impugnar o seu emprego, quando em desacordo com o previsto.

4.3.5. O CONTRATANTE se reserva o direito de, em qualquer época, testar e ensaiar qualquer peça, elemento ou parte da construção, podendo rejeitá-las, observadas as normas e especificações da ABNT, com despesas a cargo da CONTRATADA.

4.3.6. Os materiais, depois de aprovados pela FISCALIZAÇÃO, serão cuidadosamente conservados no canteiro da obra, até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.

4.3.7. Os materiais ou equipamentos antigos que porventura forem substituídos por novos durante a reforma deverão ser devidamente armazenados em locais indicados pela FISCALIZAÇÃO.

4.3.8. Os materiais que não atenderem as especificações não poderão ser estocados em obra, além de outros que não correspondam ao objeto contratado.

4.3.9. Os padrões e as cores de quaisquer materiais e pinturas a serem executadas na obra deverão ser confirmados pela FISCALIZAÇÃO no momento anterior ao início da execução daquela etapa de serviço.

4.3.10. Quando houver motivos ponderáveis para substituição de um material especificado por outro, a CONTRATADA apresentará, por escrito, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido, com o orçamento do material especificado. A substituição somente será aprovada quando resultar em melhoria técnica ou similaridade comprovada, a critério do CONTRATANTE, e se processará com compensação financeira para as partes, devendo ser previamente autorizada pelo CONTRATANTE. Quando não houver compensação financeira, a substituição poderá ser autorizada pela FISCALIZAÇÃO com registro em Diário de Obra.

4.3.11. A consulta sobre similaridade deverá ser efetuada pela CONTRATADA em tempo não

inferior a 15 (quinze) dias, não admitindo em nenhuma hipótese, que a referida consulta sirva para justificar o não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato.

4.3.12. Caberá à parte interessada, numa eventual substituição de material, o ônus da apresentação de toda a documentação necessária à análise.

4.3.13. A similaridade será julgada, em qualquer caso, pelo CONTRATANTE.

4.4. Forma de Prestação dos Serviços

4.4.1. A contratação se dará conforme a conveniência da Contratante, obedecendo à demanda das unidades, capacidade orçamentária e prioridades operacionais, podendo adquirir cada item dos serviços e equipamentos em separado e em qualquer quantidade.

4.4.2. Deverão ser observadas as Normas e Códigos de Obras aplicáveis e a prescrição das Normas Brasileiras consideradas como elementos base para quaisquer serviços ou fornecimento de materiais e equipamentos.

4.4.3. Os serviços devem ser executados na forma prevista nesse caderno de encargos e especificações técnicas, além dos demais componentes do projeto executivo, conforme a demanda e dimensionamento da Contratante à época da contratação.

4.4.4. O prazo para a entrega da obra, para aceitação provisória, deverá ocorrer no prazo previsto no cronograma e no Termo de Referência, contado da data de assinatura do contrato.

4.4.5. O prazo de entrega poderá ser estendido conforme a demanda contratada em cada contratação, desde que previamente aceito pela Contratante.

4.4.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes em projeto e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.4.7. No ato da entrega da obra, será de competência da CONTRATADA fornecer a documentação em mídia impressa e óptica, caso seja aplicável para o objeto contratado e solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

4.5. Licenças e Franquias para Execução

4.5.1. A CONTRATADA será responsável pela obtenção de todas as licenças e franquias necessárias para a realização das obras, além de pagar os emolumentos prescritos por lei e observando a legislação, códigos e posturas referentes aos serviços e obras, à segurança pública, bem como atender ao pagamento de despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, que digam diretamente respeito aos serviços e obras contratados.

4.5.2. Em caso de multas aplicadas em função dos serviços que estão sendo executados, é de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento e o cumprimento das normas para sanar o problema detectado pela autoridade que aplicou a sanção.

4.6. Controle e Fiscalização da Execução

4.6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Instrução Normativa nº 04/2010-SLTI/MPOG.

4.6.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

4.6.3. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

4.6.4. Os representantes da Administração ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei de Licitações.

4.6.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

4.6.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei de Licitações.

4.6.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas nesse projeto e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei de Licitações.

4.6.8. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

4.6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei de Licitações.

4.7. Subcontratação

4.7.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, a qual depende de autorização prévia da Contratante, a quem cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8. Comprovação de Capacidade e Qualificação Técnica (Capacidade Técnico-Operacional e Certificado de Aptidão Técnico-Profissional)

4.8.1. As empresas deverão, quando for o caso, apresentar documentos de capacitação técnica para comprovação de qualificação para a execução das atividades previstas nesse projeto, conforme o preceituado no item 5 do Termo de Referência.

4.9. Anotação de Responsabilidade Técnica

4.9.1. Após a assinatura do contrato e antes do início da obra, a CONTRATADA deverá apresentar ART do CREA/PE, referente ao responsável técnico pela execução da obra ou serviço e em particular, com as respectivas taxas recolhidas. Também poderá ser aceito o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) emitido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

4.10. Impostos

4.10.1. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas referentes a impostos em geral.

4.11. Seguros e Acidentes

4.11.1. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes no trabalho devido à execução dos serviços e obras contratadas, uso indevido de patentes registradas, e, ainda que resulte em caso fortuito ou de força maior, a destruição ou danificação da obra em construção até a devida aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos fora do canteiro de obras.

4.11.2. Será obrigatório e de responsabilidade da CONTRATADA fazer seguro geral dos serviços e obras, material, transporte e pessoal, contra Riscos de Engenharia, Incêndio e suas cláusulas, apresentando-o à FISCALIZAÇÃO.

4.12. Elementos de Segurança do Trabalho

4.12.1. A CONTRATADA deverá atender a todas as normas referentes à segurança do trabalho, não podendo, em face a seu descumprimento, alegar desconhecimento.

4.12.2. Haverá particular atenção para o cumprimento das exigências de proteger as partes móveis dos equipamentos e de evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como para o respeito ao dispositivo que proíbe a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada de corrente.

4.12.3. As ferramentas e equipamentos de uso nas obras serão dimensionados, especificados e fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com o seu plano de construção, em perfeito estado, prontas para o uso e atendendo aos graus de segurança exigidos para cada caso.

4.13. Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC

4.13.1. Em todos os itens da obra deverão ser fornecidos e instalados pela CONTRATADA os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas da obra, de acordo com o previsto na NR-18 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança.

4.13.2. Para trabalhos em altura podem ser utilizados andaimes ou plataformas elevatórias para garantir a devida segurança aos funcionários envolvidos nessas atividades.

4.14. Equipamentos de Proteção Individual - EPI

4.14.1. Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, aos seus funcionários e/ou subcontratados, todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança.

4.15. Arremates Finais

4.15.1. Se em decorrência dos serviços executados, ocorrerem eventuais modificações ou danos às instalações e/ou equipamentos existentes (dutos de água, esgoto, painéis, caixas, tubulações elétricas, dutos de incêndio etc.); a CONTRATADA ficará responsável por sua devida manutenção e reparo.

4.15.2. Após a conclusão dos serviços de limpeza e antes do recebimento provisório, a CONTRATADA se obrigará a executar todos os retoques e arremates necessários, dentro do disposto em projeto e neste Caderno de Especificações, e que eventualmente sejam apontados pela FISCALIZAÇÃO.

4.16. **Recebimento provisório e definitivo**

4.16.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita (inicialmente via e-mail e posteriormente protocolando tal correspondência na unidade local da obra) informando o término das obras e/ou serviços, cabendo à FISCALIZAÇÃO, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, após o qual será lavrado **Termo de Recebimento Provisório**, que caracterizará a aceitação provisória de todas as instalações e sistemas executados, também vinculado à conclusão de todos os testes de campo e da entrega, quando solicitados pela FISCALIZAÇÃO, dos Manuais de Manutenção e Conservação e Instruções de Operação e Uso que será passado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela FISCALIZAÇÃO, após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos, supressões e modificações.

4.16.2. A inspeção minuciosa de toda a construção deverá ser efetuada pelos profissionais responsáveis pelas obras da CONTRATADA e pelo CONTRATANTE, acompanhados do mestre ou encarregado, para constatar e relacionar os arremates e retoques finais que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, terão de ser executados todos os serviços de revisão levantados.

4.16.3. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

4.16.4. A entrega do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor. (Lei 10.406 de 10/01/2002).

4.16.5. O **Termo de Recebimento Definitivo** das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, referido no parágrafo anterior, por comissão de no mínimo 3 (três) membros designados pela autoridade competente e se tiverem sido atendidas todas as exigências da FISCALIZAÇÃO, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento das obras e serviços executados, e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

4.17. **Entrega Final**

4.17.1. Após a execução de todos os trabalhos, todos os equipamentos, instalações e sistemas deverão ser limpos para a entrega. Nesta fase deverá também ser verificado o estado geral dos equipamentos e dos serviços fornecidos. A CONTRATADA deverá comissionar, em presença da FISCALIZAÇÃO, todas as instalações executadas.

4.18. **Assistência Técnica e Garantia**

4.18.1. Caberá a CONTRATADA, visando à perfeita execução e completo acabamento dos serviços, sob as responsabilidades legais vigentes, prestar toda a assistência técnica e administrativa necessárias para imprimir andamento conveniente aos trabalhos, mantendo equipes que levem a bom termo este objetivo.

4.18.2. Ainda, após o recebimento provisório da obra ou serviço, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independentemente de sua responsabilidade civil.

4.18.3. Durante os três primeiros meses após a conclusão efetiva da instalação, a empresa CONTRATADA do serviço deverá atender às correções e pequenos ajustes necessários, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, independentemente dos prazos estabelecidos nos Termos de Recebimento Provisório e Definitivos da obra.

- 4.18.4. Após a aceitação definitiva, **todos os materiais e equipamentos instalados deverão ser garantidos contra defeitos de fabricação e/ou instalação pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.**
- 4.18.5. A garantia deverá ser prestada com assistência on-line, 24 horas por dia, sete dias por semana, sendo que ao final de cada visita técnica deverá ser apresentado relatório de visita contendo data/hora do chamado, início/término do atendimento, além da identificação da ocorrência e providências tomadas.
- 4.18.6. Entende-se por assistência técnica da garantia a manutenção preventiva e corretiva de reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e componentes por outros de mesma especificação, novos de primeiro uso e originais, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os mesmos.
- 4.18.7. A garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de fabricação, montagem e falha operacional, de forma a assegurar o perfeito desempenho dos equipamentos executados. Para tanto, durante a fase de garantia a CONTRATADA deverá manter técnicos experientes, para atender um chamado do CONTRATANTE, que possam lidar com as necessidades locais.
- 4.18.8. A garantia é um ato personalíssimo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, não sendo permitido o subestabelecimento da CONTRATADA para o fabricante de qualquer item ou obrigação alegando que não possui capacidade técnica ou dever legal para cumprir as exigências desse projeto.
- 4.18.9. Os prazos serão contados a partir da comunicação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 4.18.10. Os serviços de assistência técnica da garantia dos equipamentos e serviços deverão ser prestados nos locais de execução dos mesmos.
- 4.18.11. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 12 (doze) horas corridas, contado a partir da solicitação efetuada pelo CONTRATANTE à Central de Atendimento a ser informada pela CONTRATADA.
- 4.18.12. Entende-se por início do atendimento o horário de chegada do técnico enviado pela CONTRATADA, nos locais em que os serviços deverão ser executados.
- 4.18.13. O término do atendimento não poderá ultrapassar os prazos de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contado a partir do recebimento da solicitação efetuada pelo CONTRATANTE.
- 4.18.14. Entende-se por término do atendimento a hora em que o equipamento for disponibilizado para uso em perfeitas condições de funcionamento, estando condicionado à aprovação do CONTRATANTE, conforme o caso.
- 4.18.15. A CONTRATADA deverá registrar, via sistema informatizado, para fins de controle e acompanhamento, todos os chamados técnicos feitos pelo CONTRATANTE, sem prejuízo do controle a ser realizado pelo Executor do Contrato.
- 4.18.16. Os prazos fixados nos itens anteriores, relativos a início e término de atendimento, poderão, mediante solicitação escrita da CONTRATADA e à vista dos fundamentos por ela apresentados, devidamente comprovados, serem prorrogados pelo período que o Executor do Contrato incumbido do acompanhamento e da fiscalização do Contrato entenda suficiente para que os serviços de assistência técnica dos equipamentos sejam concluídos.
- 4.18.17. Para que possa ser apreciado o pedido de prorrogação, deverá ser formulado antes do transcurso do prazo fixado para o atendimento do chamado de assistência técnica ou para a conclusão do reparo do equipamento defeituoso.
- 4.18.18. Se a assistência técnica não for concluída nos prazos previstos nesta Cláusula, deverá a CONTRATADA providenciar o imediato empréstimo de outro equipamento em perfeito estado de funcionamento, equivalente ou de configuração superior àquele defeituoso, ao CONTRATANTE, o qual o substituirá até a conclusão de seus reparos.
- 4.18.19. No caso de ser necessária a retirada do equipamento defeituoso das dependências do CONTRATANTE e a sua remoção ao Centro de Atendimento da CONTRATADA, deverá a

CONTRATADA relatar por escrito a situação ao servidor responsável pelo acompanhamento dos serviços, que, após constatar tal necessidade, autorizará a saída, também por escrito, observado o disposto no parágrafo anterior.

4.18.20. O equipamento colocado em substituição ficará instalado nas dependências do CONTRATANTE até a devolução do equipamento consertado, que deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a sua retirada para reparos. A devolução do equipamento retirado para reparo deverá ser comunicada por escrito.

4.18.21. A CONTRATADA deverá substituir qualquer equipamento por outro novo e de primeiro uso, sempre que a soma dos períodos de paralisação do mesmo, em virtude da necessidade de serviços de assistência técnica, ultrapassar a 10 (dez) dias úteis no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ou 30(trinta) dias úteis no prazo de vigência da garantia. Esta substituição será em caráter definitivo, devendo ser providenciada em 07 (sete) dias após a CONTRATADA ter sido notificada pelo CONTRATANTE.

4.18.22. O equipamento a que se refere o parágrafo anterior terá o mesmo prazo de garantia do equipamento que fora substituído.

4.18.23. Toda e qualquer substituição deverá ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato, que autorizará a substituição das peças/componentes os quais deverão ser novos de primeiro uso e originais.

4.18.24. Concluída a manutenção, a CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE documento em que conste a identificação do chamado técnico, data e hora de início e término da assistência técnica, descrição dos serviços executados, indicação da peça e/ou componente eventualmente substituído.

4.18.25. Os reparos quando cobertos pela garantia serão efetuados sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, correndo por conta da CONTRATADA as despesas com trocas de peças, materiais, seu transporte, e com a mão-de-obra necessária. Caso os problemas persistam, deverão ser tomadas providências corretivas de modo a eliminar essas causas.

4.18.26. A CONTRATADA reparará ou substituirá, às suas expensas, todas as peças, componentes, equipamentos e materiais necessários aos reparos ou substituições que venham a ser feitos durante o período de garantia.

4.18.27. Os reparos ou substituições serão feitos por equipe técnica da CONTRATADA ou, eventualmente após entendimento prévio, com mão-de-obra do CONTRATANTE ou técnicos seus, sempre sob supervisão e responsabilidade da CONTRATADA.

4.18.28. Os componentes ou equipamentos das instalações ou sistemas, objeto deste Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, danificados por falhas de qualquer item sob garantia, serão também reparados ou substituídos pela CONTRATADA.

4.18.29. Em caso de inexistência da peça de reposição no estoque da CONTRATADA esta utilizará, por acordo entre as partes, peças do estoque do CONTRATANTE, caso o possua, obrigando-se a repô-las por outras novas ou reparadas, no prazo que for convencionado.

4.18.30. Para o fim de substituição de qualquer peça defeituosa, a CONTRATADA utilizará versões aperfeiçoadas da mesma, que não impliquem alteração no equipamento em que a mesma será instalada.

4.18.31. Uma vez realizado o reparo ou substituição da peça defeituosa, a CONTRATADA garantirá o desempenho original especificado para o correspondente equipamento ou material da instalação ou sistema reparado.

4.18.32. Se após a entrega de qualquer instalação, sistema, subsistema ou lote, surgirem defeitos ou imperfeições que ocasionem imobilizações dos mesmos, durante um período superior a 10 (dez) dias, o período de garantia dos equipamentos ou materiais de tais instalações, sistemas, subsistemas ou lotes ficarão automaticamente prorrogados por tempo equivalente ao que exceder aquele período.

4.18.33. Qualquer interferência, física ou operacional, entre equipamentos do subsistema ou

com demais equipamentos instalados no âmbito do CONTRATANTE, detectada a qualquer momento e até o vencimento da garantia, deverá ser corrigida, imediatamente, sem qualquer ônus para o mesmo.

4.18.34. O termo de garantia emitido ao final do serviço, pelo prestador de serviço vinculado à CONTRATADA, deverá descrever claramente os limites e a duração da garantia, considerando o período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, para cada componente da instalação ou sistema instalado. Mesmo que a CONTRATADA tenha contratado outros prestadores de serviço, a garantia final será dada e mantida ao CONTRATANTE pela CONTRATADA.

4.18.35. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica/manutenção preventiva dos bens e sistemas, durante o período de garantia, no local de instalação dos mesmos, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar o plano completo de manutenção, a qual deve ser efetuada por mão-de-obra qualificada e treinada de acordo com as recomendações do fabricante, visando prover a totalidade de serviços preventivos e preditivos de manutenção, testes e reparos.

4.18.36. A periodicidade da manutenção e testes deverá ser conforme recomendado pelos fabricantes.

4.19. Defeito Oculto

4.19.1. Entende-se por Defeito Oculto aquele que venha a ocorrer e que não tenha sido percebido durante o período de garantia, podendo ser decorrente de falha de interpretação do projeto, concepção, instalação, material, ou de supervisão de montagem devidamente comprovada pelo CONTRATANTE. Excluem-se os defeitos provenientes do desgaste normal de operação ou do uso indevido do equipamento, desde que este fato seja efetivamente comprovado pela CONTRATADA.

4.19.2. Na ocorrência de Defeito Oculto, a CONTRATADA se obriga a prosseguir prestando assistência técnica total, idêntica à do período de garantia, conforme venha a ser necessário, no sentido de sanar a irregularidade.

4.20. Peças de Reposição

4.20.1. A CONTRATADA terá a obrigação de fornecer todas as peças de reposição durante o período de vigência da garantia.

4.20.2. A CONTRATADA deverá adquirir seus equipamentos em fábricas que garantam o fornecimento de peças de reposição por um período mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do sistema.

4.21. Outras Despesas a Cargo da Contratada

4.21.1. As despesas relativas aos itens abaixo mencionados correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- a) Alojamentos, estadia e alimentação de pessoal;
- b) Plataformas necessárias para a execução dos serviços;
- c) Transporte de materiais e equipamentos;
- d) Transporte de pessoal administrativo e técnico.

5. SERVIÇOS GERAIS

5.1. Transporte e Equipamentos

5.1.1. Os materiais necessários para desenvolvimento dos trabalhos deverão ser transportados para o canteiro de obras em horário acordado com a FISCALIZAÇÃO.

5.1.2. A CONTRATADA somente deverá transportar os materiais a serem instalados no momento da execução dos serviços.

5.1.3. O transporte de materiais será de responsabilidade da CONTRATADA, que providenciará equipamentos, dispositivos, pessoal e supervisão necessários, considerando tanto a movimentação até o local da obra como o seu transporte vertical e horizontal na mesma, no local de sua aplicação definitiva, devendo para isso prever todos os equipamentos necessários para alçamento e transporte de quaisquer máquinas ou materiais que venham a ser instalados, salvo aqueles previstos nas composições dos itens da planilha orçamentária que compõe o Termo de Referência.

5.1.4. Andaimos, suportes auxiliares e/ou elementos de alçamento deverão ser removidos logo após a sua utilização.

5.1.5. Todas as partes integrantes de fornecimento terão embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde a fábrica até o local de montagem sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes por rodovias não pavimentadas e/ou via marítima ou aérea.

5.1.6. Além disto, as embalagens serão adequadas para armazenagem por período de, no mínimo, 01 (um) ano, nas condições citadas anteriormente. A CONTRATADA adequará, se necessário, seus métodos de embalagem, a fim de atender às condições mínimas estabelecidas acima, independente da inspeção e aprovação das embalagens pelo CONTRATANTE.

5.2. **Armazenamento de Materiais**

5.2.1. Todo material deverá ser armazenado de maneira cuidadosa e segura em local a ser indicado pelo CONTRATANTE.

5.2.2. A CONTRATADA restará responsável por seu trabalho e pelos materiais armazenados e, também, pelos equipamentos ali instalados e dispostos, até a data da inspeção final, devendo, durante a fase de instalação, proteger o equipamento contra danos causados por seu trabalho ou por terceiros, bem como proceder ao isolamento do local de obras.

5.3. **Remoção de Entulhos**

5.3.1. Os entulhos gerados serão retirados do canteiro e serão levados até caçamba para acondicionamento em local e horário determinados pela FISCALIZAÇÃO, em consonância aos Órgãos Públicos de Coleta e Limpeza competentes.

5.3.2. A CONTRATADA deve estar ciente de que os funcionários que porventura trabalharem em horário fora do expediente deverão ser previamente autorizados pela CONTRATANTE, com custas extras a encargo da CONTRATADA.

5.3.3. Todo o material descartado que sair da obra será remunerado conforme previsto na planilha orçamentária, devendo ser destinado a local de bota-fora legalizado mais próximo, com utilização de transporte com caminhão também discriminado em planilha de orçamento.

5.3.4. Ainda no tocante ao transporte, deverá ser procedido com o máximo cuidado, sem danificar a área de entorno e os materiais reaproveitáveis, que serão armazenados em contêiner próprio (se assim for o caso) para posterior reutilização.

6. **ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**

6.1. **Descrição dos Serviços:**

6.1.1. Dentro da metodologia de trabalho adotada, as atividades serão realizadas e organizadas da seguinte forma:

a) Planejamento e Programação;

- b) Alocação de recursos humanos;
- c) Programação de reuniões periódicas de acompanhamento em conjunto com a CONTRATANTE, se necessário;
- d) Execução e acompanhamento dos serviços;
- e) Revisão e coordenação;
- f) Entrega e aceitação dos serviços;
- g) Eventuais correções e adequações concomitantemente à execução das obras e serviços de engenharia.

6.2. Administração do Canteiro

6.2.1. Conforme definições encontradas no site: “<http://www.aeai.org.br/tabela.htm>”; considera-se para este projeto o seguinte tempo de serviço mínimo, com comprovação, para o enquadramento profissional de engenharia:

*“...CATEGORIA PROFISSIONAL H.T. % CUB-SP TEMPO SERVIÇO OU QUALIFICAÇÃO
Engenheiro Consultor, 12 Superior a 15 anos ou grau equivalente
Engenheiro Sênior, 10 Superior a 10 anos ou grau equivalente
Engenheiro Pleno, 07 Superior a 5 anos ou grau equivalente
Engenheiro Júnior, 04 Até 05 anos ou grau equivalente...”*

6.2.2. Além da referência acima, os tempos de experiência exigidos para engenheiro PLENO estão definidos na página do CREA.

6.2.3. O engenheiro civil ficará responsável pela supervisão dos serviços e obras contratados, sendo que o contato entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA deverá ocorrer por intermédio desse profissional, ou pelo mestre de obras, salvo excepcionalidades a serem estipuladas pela fiscalização do serviço ao longo da execução do serviço.

6.2.4. O descumprimento da carga horária estipulada, sem apresentação de justificativa, poderá acarretar para a CONTRATADA a glosa do valor respectivo.

6.3. Engenheiro Civil de obra Pleno

6.3.1. Função do Engenheiro Civil de Obra Pleno: Coordenar, supervisionar e orientar etapas de projetos de engenharia civil, gerenciando obras, controlando a qualidade de empreendimentos, prestando consultoria, assistência e assessoria.

6.3.2. Este profissional será remunerado por hora, conforme a planilha orçamentária.

6.4. Mestre de Obras

6.4.1. Função do Mestre de Obras: Supervisionar equipes de trabalhadores da construção civil que atuam em usinas de concreto, canteiros de obras civis e ferrovias. Elaboram documentação técnica e controlam recursos produtivos da obra (arranjos físicos, equipamentos, materiais, insumos e equipes de trabalho). Também controlam padrões produtivos da obra tais como inspeção da qualidade dos materiais e insumos utilizados, orientação sobre especificação, fluxo e movimentação dos materiais e sobre medidas de segurança dos locais e equipamentos da obra, administrando também o cronograma da obra.

6.4.2. Este profissional será remunerado por hora, ao longo de toda a obra.

6.5. Cronograma Físico-Financeiro

6.5.1. O cronograma físico-financeiro deverá seguir obrigatoriamente as seguinte sequência para cada etapa:

- a) Administração de Obra;
- b) Serviços Preliminares;
- c) Pavimentação;
- d) Diversos;
- e) Limpeza final da obra.

6.5.2. Em face de eventual acréscimo de serviços que impactem no cronograma físico-financeiro da obra, caberá à CONTRATADA rever e elaborar um novo cronograma físico-financeiro, considerando os valores das atividades, os períodos previstos para medição das obras, a disponibilidade físico-financeira do CONTRATANTE, tudo antes sendo submetido à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

6.6. Responsabilidades e Sigilo das Informações

6.6.1. A CONTRATADA deverá providenciar toda e qualquer documentação necessária à execução da obra.

6.6.2. Imprevistos diversos serão de ônus exclusivo da CONTRATADA, até o limite estabelecido no edital de licitação. Serviços extras com ônus para o CONTRATANTE somente poderão ser executados, se autorizados expressamente pela autoridade competente.

6.6.3. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa realização e eficiência de todos os serviços, de acordo com o presente Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, Edital, Projetos e demais documentos técnicos fornecidos, bem como por quaisquer danos eventualmente decorrentes da realização de ditos trabalhos.

6.6.4. A CONTRATADA também assumirá a integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação ou projeto alternativo que forem eventualmente por ele propostos e aceitos pelo CONTRATANTE, incluindo eventuais consequências advindas destas modificações nos serviços seguintes.

6.6.5. A CONTRATADA ficará para sempre corresponsável pelo sigilo das informações a que, de qualquer forma, tiver acesso e, principalmente, dos detalhes relativos aos pontos críticos de segurança da edificação. Os arquivos ou plantas relativas a este projeto que forem executados deverão ser guardados de forma diferenciada dos demais documentos, ressaltados tanto física quanto a sua responsabilidade individual, bem como da responsabilidade coletiva da CONTRATADA. O descarte de plantas, desenhos, croquis, rascunhos e demais documentos deverão ser precedidos da destruição dos mesmos.

6.6.6. Cuidados especiais também deverão ser tomados em qualquer encaminhamento, quando os mesmos deverão ser entregues em envelopes lacrados, constando a inscrição “CONFIDENCIAL”, encaminhados por meio de documento explicativo. Maiores informações poderão ser oportunamente fornecidas pelo CONTRATANTE.

6.6.7. Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de dados, informações e do Sistema de Monitoramento de Imagens objeto deste instrumento regulador, assim como dados referentes às instalações e assuntos internos das delegacias, fica, automaticamente, responsável pela preservação de seu sigilo e sujeito ao disposto no art. 153 do Código Penal Brasileiro.

6.6.8. Para cumprimento deste item será exigido Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo dos servidores, funcionários e empregados que direta e indiretamente terão acessos a dados, informações e ao Sistema.

6.7. Projeto, Materiais, Equipamentos e Critérios de Analogia

6.7.1. Nenhuma alteração nas plantas, detalhes ou especificações, determinando ou não alteração de custo da obra ou serviço, será executada sem autorização do CONTRATANTE (através da FISCALIZAÇÃO).

6.7.2. Em caso de itens presentes neste Caderno de Encargos e Especificações Técnicas e não incluídos nos projetos, ou vice-versa, devem ser levados em conta na execução dos serviços, uma vez que os documentos que compõem o Termo de Referência detalham a si e aos demais, complementam-se, e formam, dessa forma, todo o escopo contratado.

6.7.3. Em caso de divergências entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, a FISCALIZAÇÃO deverá ser consultada, a fim de definir qual a posição a ser adotada.

6.7.4. Em caso de divergência entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de escala maior. Na divergência entre cotas dos desenhos e suas dimensões em escala, prevalecerão as primeiras, sempre precedendo consulta à FISCALIZAÇÃO.

6.8. Programação

6.8.1. A programação da obra será feita mediante acordo com a FISCALIZAÇÃO, que poderá determinar as etapas e locais prioritários para a execução da obra.

6.8.2. O prazo total da obra está previsto com base na realização dos trabalhos em horário comercial, de segunda à sexta-feira, sendo seu **início contado a partir da emissão de Ordem de Serviço**, que será expedida, **em até 15 (quinze reais) dias úteis** posteriores à publicação do contrato em Diário Oficial da União.

6.8.3. Os serviços serão realizados concomitantemente aos trabalhos desenvolvidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA prever a mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos na presença de servidores e outros no local, ou seja, **mantendo a obra sempre limpa e em condições de mobilidade**.

6.8.4. Após a adjudicação do licitante vencedor e no mínimo **5 (cinco) dias** anterior à data de execução da obra, a CONTRATADA deverá providenciar a listagem de todos os operários e pessoal técnico (com nome completo, RG, CPF e nome da mãe) e veículos (número da placa) que terão acesso às dependências do CONTRATANTE, se possível durante todo o período de vigência/prazo da obra, que deverá ser entregue ao responsável pela administração da unidade local da obra (Plano de mobilização).

6.8.5. As etapas de mobilização e desmobilização deverão ser definidas em conjunto com a FISCALIZAÇÃO, de forma a interferir o mínimo possível com a rotina do local de intervenção e instalação.

6.8.6. A possibilidade de trabalho noturno e aos finais de semana, quando necessário e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, e sempre às expensas da CONTRATADA no que tange ao labor fora do horário comercial, deverá estar prevista em termos de mobilização de equipe e equipamentos quando os trabalhos a serem executados exigirem tal postura.

6.8.7. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade de estabelecer os contatos com o CONTRATANTE para ter conhecimento da data prevista para expedição de Ordem de Serviço, bem como para dar início aos trabalhos.

6.8.8. A localização das instalações provisórias (nelas incluídos – quando necessário – barracões, sanitários, contêineres em geral, almoxarifados, placas de identificação de obra etc.) obedecerá à programação a ser aprovada pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

6.8.9. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE (através da FISCALIZAÇÃO), a cada medição e sempre que solicitado, o programa de produção por etapa e produção progressiva dos trabalhos, com a quantidade, o tipo e característica de cada serviço, de modo a se conhecer a perfeita situação do Cronograma.

6.9. Fiscalização do CONTRATANTE

6.9.1. Devido à competência legal de segurança na área objeto de intervenção nesse projeto executivo, a FISCALIZAÇÃO deverá ser exercida por servidores da PF, com formação em

Engenharia e/ou Arquitetura, e devido registro no Conselho Profissional respectivo, designada pelo CONTRATANTE, a qual será investida de plenos poderes para:

- a) Solicitar da CONTRATADA a substituição, no prazo de 24 horas, de qualquer profissional ou operário que embarace a sua FISCALIZAÇÃO;
- b) Rejeitar serviços defeituosos ou materiais que não satisfaçam às obras contratadas, obrigando-se a CONTRATADA a refazer os serviços ou substituir os materiais, sem ônus para o CONTRATANTE e sem alteração do Cronograma (ocorrendo tal hipótese, a CONTRATADA deverá tomar as providências que se fizerem necessárias dentro do prazo de 48 horas da identificação do problema);
- c) Sustar qualquer serviço que não seja executado de acordo com a melhor técnica, sem que este tenha direito a qualquer indenização;
- d) Solicitar projetos, cópias de documentos etc. relativos às obras ou serviços;
- e) Fiscalizar, juntamente com a supervisão e coordenação da CONTRATADA, a execução dos serviços, podendo solicitar a modificação imediata da execução do serviço, a fim de cumprir o projeto e seus anexos.
- f) A ação ou omissão total ou parcial da FISCALIZAÇÃO não eximirá a CONTRATADA de sua responsabilidade pela execução das obras, serviços e instalações contratadas.

6.10. Medição de Serviço

6.10.1. A cada fase, nas datas previstas no Cronograma Físico-Financeiro, corresponderá uma aferição das obras ou serviços executados.

6.10.2. Uma etapa será considerada **efetivamente concluída** quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante na licitação, estiverem executados em sua **totalidade**.

6.10.3. **Não será considerada como etapa efetivamente concluída materiais apenas postos em obra, sendo necessário além do fornecimento a sua completa instalação, teste e perfeito funcionamento para que se possa efetuar a medição e posterior pagamento.**

6.10.4. Considerando que o critério para pagamento das parcelas exige etapas **efetivamente concluídas**, o cronograma físico-financeiro deverá ser elaborado de forma a refletir o real andamento esperado dos serviços. Quando de etapas não concluídas, será pago apenas serviços executados devendo a CONTRATADA regularizar o cronograma na etapa subsequente.

6.10.5. Ao completar cada etapa da execução dos serviços, será feita a **medição**, devendo a CONTRATADA apresentar, via correio eletrônico, sua proposta de medição de serviços através de planilha (cujo modelo será oportunamente encaminhado pelo CONTRATANTE), com colunas em Reais, percentual e saldo, igualmente em Reais e percentual de cada item e subitem da planilha orçamentária, acompanhado necessariamente de memória de cálculo indicando nesta os trechos levantados para a melhor compreensão das quantidades apontadas em planilha, e apresentá-la à FISCALIZAÇÃO, no mínimo **5 (cinco) dias** antes da data da medição para avaliação dos serviços com posterior verificação no local pela FISCALIZAÇÃO que a atestará.

6.10.6. A CONTRATADA deverá apontar em planilha de medição os serviços (material mais mão-de-obra) efetivamente concluídos até a data da medição, não sendo aprovados pela FISCALIZAÇÃO serviços executados de forma incompleta tampouco a alegação de material simplesmente adquirido por meio de nota fiscal ou posto obra.

6.10.7. Somente após o atesto da FISCALIZAÇÃO poderá a CONTRATADA emitir Nota Fiscal – NF que deverá ser acompanhada, além da planilha de medição de serviços e memória de cálculo, dos demais documentos de regularidade para com a Seguridade Social (CND) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6.10.8. O pagamento das notas fiscais estará a cargo da unidade responsável pela obra.

6.10.9. Vale ressaltar que conforme Acórdão n. 2.622, de 2013, do TCU, estipula-se

pagamentos proporcionais à execução financeira do contrato para Administração da Obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual.

6.11. Registro de Ocorrências

6.11.1. Deverá ser instituído um livro Diário de Obra ou Registro de Ocorrências ou Livro de Ocorrências, que deverá possuir termo de abertura e páginas numeradas em 3 (três) vias, sendo 2 (duas) destacáveis. O livro também poderá ser em arquivo eletrônico, se assim autorizado pela FISCALIZAÇÃO.

6.11.2. O Diário de Obra deverá ser apresentado ao CONTRATANTE no primeiro dia de vigência do contrato e ser mantido no local da obra até o seu término, podendo ser transcrito e melhor detalhado em arquivos eletrônicos, se assim autorizado pela FISCALIZAÇÃO.

6.11.3. A comunicação entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO deverá ser feita não só através do Diário de Obra, mas também via fone, via e-mail, pessoalmente, ou por solicitações por escrito, a critério e escolha da FISCALIZAÇÃO.

6.11.4. Além do preenchimento normal dos campos, a CONTRATADA deverá registrar, diariamente, o número e a qualificação dos operários em serviço, entrada e saída de materiais e equipamentos, condições climáticas que possam interferir no andamento dos serviços e uma descrição sucinta dos mesmos, assim como outros fatos passíveis de registro.

6.11.5. Todas as folhas serão analisadas pela FISCALIZAÇÃO, que, na conclusão de cada fase de obra, destacará uma das vias para controle do CONTRATANTE. Caso se opte também pelo meio digital, as folhas deverão ser encaminhadas para e-mail informado pela FISCALIZAÇÃO em momento oportuno.

6.11.6. Deverão ser apresentadas, na portaria da Unidade da Polícia Federal, notas fiscais de simples remessa de todos os equipamentos e materiais que entrarem ou saírem das dependências da mesma, se assim achar a FISCALIZAÇÃO necessária e adequada tal apresentação.

6.11.7. O caderno completo, após o término da obra, será entregue formalmente ao CONTRATANTE.

6.12. Anotação de Responsabilidade Técnica

6.12.1. Após a assinatura do contrato e antes do início da obra, a CONTRATADA deverá apresentar ART do CREA/PE, referente ao responsável técnico pela execução da obra ou serviço, com as respectivas taxas recolhidas.

6.12.2. Também poderá ser aceito o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) emitido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

6.12.3. Conforme a planilha orçamentária devem ser registradas nas disciplinas de Engenharia Civil.

6.12.4. Como critério de medição se dará com o registro e entrega da documentação e dos comprovantes das taxas recolhidas.

7. SERVIÇOS PRELIMINARES

7.1. Placa de Obra

a) Deverá ser prevista a instalação de placa em chapa galvanizada para identificação da obra. Nela deverão constar os seguintes dados: descrição da obra, nome da CONTRATADA, de

acordo com o seu registro no Conselho Regional; nome do Autor e Coautores do projeto ou projetos, de acordo com o seu registro no Conselho Regional; nome dos Responsáveis Técnicos pela execução da obra, instalações e serviços, de acordo com o seu registro no Conselho Regional; atividades específicas pelas quais os profissionais são responsáveis; Título, número da Carteira Profissional e região do registro dos profissionais conforme manual de uso da marca do Governo Federal - Obras;

b) A placa deverá ter as dimensões e especificações descritas na planilha orçamentária e modelo a ser disponibilizado pela Fiscalização;

c) A placa deverá estar instalada, no máximo, em **5 (cinco) dias** após o início das obras;

d) Antes da confecção da placa de obra, a CONTRATADA deverá entrar em contato com a CONTRATANTE para verificar a necessidade de se seguir algum modelo padrão para a placa.

7.2. Demolição de pavimentação em paralelepípedo

7.2.1. Os trabalhos abrangem a demolição completa da pavimentação em paralelepípedo, incluindo a remoção dos paralelepípedos, camada de base e qualquer material associado, de acordo com as normas técnicas vigentes e os padrões de segurança estabelecidos.

7.2.2. A demolição deverá ser realizada de maneira gradual e controlada, minimizando danos a estruturas adjacentes.

7.2.3. Os paralelepípedos e outros materiais resultantes da demolição deverão ser removidos de forma organizada e responsável, considerando o descarte adequado de resíduos.

7.2.4. Todos os trabalhadores envolvidos na demolição devem seguir rigorosamente as normas de segurança estabelecidas, visando a prevenção de acidentes.

7.2.5. Deverá ser designado um responsável pela segurança no canteiro de obras, garantindo o cumprimento das normas de segurança em todas as etapas da demolição.

7.2.6. A área após a demolição deve ser limpa e nivelada, removendo todos os resíduos resultantes da demolição.

7.2.7. A qualidade do trabalho realizado deve atender aos padrões estabelecidos no projeto e nas normas técnicas aplicáveis.

7.3. Demolição de meio-fio.

7.3.1. Os trabalhos abrangem a demolição completa do meio-fio granítico ou pré-moldado, incluindo a remoção dos elementos estruturais, concreto, argamassa, e qualquer material associado, de acordo com as normas técnicas vigentes e os padrões de segurança estabelecidos.

7.3.2. Equipamentos adequados para a demolição, como marteletores hidráulicos, martelos pneumáticos, serras de corte, etc.

7.3.3. Equipamentos de segurança, incluindo capacetes, luvas, óculos de proteção, calçados de segurança, entre outros.

7.3.4. A demolição deverá ser realizada de forma controlada, evitando danos a estruturas adjacentes ou ao meio ambiente.

7.3.5. Os elementos demolidos devem ser removidos e descartados adequadamente, seguindo as regulamentações de resíduos sólidos.

7.3.6. Todos os trabalhadores envolvidos na demolição devem aderir rigorosamente às normas de segurança estabelecidas.

7.3.7. Deverá ser designado um responsável pela segurança no canteiro de obras, assegurando o cumprimento das normas de segurança em todas as etapas da demolição.

7.3.8. A área após a demolição deve ser limpa e nivelada, removendo todos os resíduos resultantes da demolição.

7.3.9. A qualidade do trabalho executado deve atender aos padrões estabelecidos no projeto e nas normas técnicas aplicáveis.

7.4. Regularização e compactação de subleito.

7.4.1. O subleito sobre o qual irá se executar a regularização e compactação deve estar totalmente limpo, sem excessos de umidade e com todas as operações de terraplenagem concluídas (atividades não contempladas nesta composição).

7.4.2. A motoniveladora realiza a regularização e nivelamento do subleito.

7.4.3. Caso o teor de umidade se apresente abaixo do limite especificado em projeto, procede-se com o umedecimento da camada através do caminhão pipa.

7.4.4. Com o material dentro do teor de umidade especificado em projeto, executa-se a compactação da camada utilizando-se o rolo compactador pé de carneiro, na quantidade de fechas prevista em projeto, a fim de atender as exigências de compactação.

7.4.5. Após a regularização e compactação do subleito, a área deve ser deixada limpa e livre de detritos resultantes dos trabalhos.

7.5. Retirada de gradil.

7.5.1. Os trabalhos abrangem a retirada completa do gradil, incluindo estruturas de suporte, fixações e quaisquer outros elementos associados, de acordo com as normas técnicas vigentes e os padrões de segurança estabelecidos.

7.5.2. Equipamentos adequados para a retirada de gradil, como ferramentas de corte, máquinas de elevação, etc.

7.5.3. Equipamentos de segurança, incluindo capacetes, luvas, óculos de proteção, calçados de segurança, entre outros.

7.5.4. O gradil deve ser retirado de forma cuidadosa, evitando danos a estruturas adjacentes e minimizando os impactos visuais.

7.5.5. As fixações, parafusos e quaisquer outros componentes de fixação devem ser removidos e armazenados adequadamente.

7.5.6. Todos os trabalhadores envolvidos na retirada do gradil devem seguir rigorosamente as normas de segurança estabelecidas.

7.5.7. Deverá ser designado um responsável pela segurança no canteiro de obras, garantindo o cumprimento das normas de segurança em todas as etapas da retirada.

7.5.8. Após a retirada do gradil, a área deve ser limpa e qualquer resíduo resultante dos trabalhos deve ser removido de forma responsável.

8. PAVIMENTAÇÃO

8.1. EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 10 CM.

8.1.1. Após a execução e aprovação dos serviços de preparo da base, ou subbase e base (atividades não contempladas nesta composição), inicia-se a execução do pavimento intertravado com a camada de assentamento, que é feita pelas seguintes atividades sequencialmente:

8.1.2. Lançamento e espalhamento da areia na área do pavimento;

8.1.3. Execução das mestras paralelamente a contenção principal nivelando-as na espessura da camada conforme especificação de projeto;

8.1.4. Nivelamento do material da camada de assentamento com régua metálica;

8.1.5. Terminada a camada de assentamento na sequência dá-se início a camada de revestimento que é formada pelas seguintes atividades:

8.1.6. Marcação para o assentamento, feito por linhas-guia ao longo da frente de serviço;

8.1.7. Assentamento das peças de concreto conforme o padrão definido no projeto;

8.1.8. Ajustes e arremates do canto com a colocação de blocos cortados;

8.1.9. Rejuntamento, utilizando pó de pedra;

8.1.10. Compactação final que proporciona o acomodamento das peças na camada de assentamento.

8.1.11. Para a camada de assentamento e para o rejunte dos blocos de concreto para pavimentação, pode ser utilizada tanto a areia quanto o pó de pedra.

8.1.12. Devem ser realizados testes de compactação da base e sub-base, conforme as normas técnicas estabelecidas.

8.1.13. A área após a pavimentação em piso intertravado deve ser limpa e qualquer resíduo resultante dos trabalhos deve ser removido de forma responsável.

8.2. REASSENTAMENTO DE PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA, COM REAPROVEITAMENTO DOS PARALELEPÍPEDOS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL.

8.2.1. Realização de uma inspeção detalhada da área de intervenção para avaliar a condição dos paralelepípedos existentes.

8.2.2. Identificação e segregação dos paralelepípedos em bom estado para reaproveitamento.

8.2.3. Remoção cuidadosa dos paralelepípedos a serem substituídos.

8.2.4. Armazenamento e transporte adequado dos paralelepípedos retirados para áreas de estocagem temporária.

8.2.5. Sobre o local onde será retirado as peças, o arrancamento deve ser executado com auxílio de alavanca de demais ferramentas apropriadas.

8.2.6. Os paralelepípedos arrancados deverão ser limpos devidamente armazenados até o término do serviço.

8.2.7. Após os serviços finalizados (reaterro, recomposição de base e ou sub-base, não contemplados nessa composição), realiza-se o colchão de areia por meio do lançamento e espalhamento de uma camada solta e uniforme de areia ou pó de pedra;

8.2.8. Terminado o colchão de areia, inicia-se a camada de revestimento, que é formada pelas seguintes atividades:

8.2.9. Reassentamento manual dos paralelepípedos, de modo que mantenham o espaçamento entre si de, no máximo, 15 mm;

8.2.10. Compressão da área do pavimento com o emprego de rolo liso;

8.2.11. Rejuntamento feito com argamassa com auxílio de colher de pedreiro.

8.2.12. Compressão da área do pavimento com o emprego de rolo liso.

8.2.13. Realização de testes de resistência da argamassa após o tempo de cura.

8.2.14. Inspeções visuais para verificar o alinhamento, nivelamento e acabamento das peças.

8.2.15. O contratado será responsável por fornecer mão de obra qualificada, ferramentas e materiais conforme as especificações.

8.3. PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO RÚSTICO, ESPESSURA 3,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA.

8.3.1. Avaliação e marcação da área de instalação do piso.

8.3.2. Remoção de qualquer material solto, sujeira ou resíduos da superfície.

8.3.3. Mistura dos componentes da argamassa no traço 1:3 (cimento e areia), utilizando equipamento mecânico para garantir uma mistura homogênea.

8.3.4. Adição de água aos poucos até alcançar a consistência adequada.

8.3.5. Distribuição e nivelamento da argamassa sobre a área preparada, utilizando ferramentas apropriadas.

8.3.6. Espalhamento uniforme da argamassa para atingir a espessura de 3,0 cm.

- 8.3.7. Uso de ferramentas como desempenadeiras, vassouras de pelo ou outros materiais para criar um acabamento rústico na superfície do piso.
- 8.3.8. Criação de sulcos, ranhuras ou texturas de acordo com o projeto.
- 8.3.9. Cimento Portland de qualidade, de acordo com as normas locais.
- 8.3.10. Areia de granulometria adequada.
- 8.3.11. Água limpa e potável.
- 8.3.12. Utilização de equipamento mecânico para o preparo da argamassa.
- 8.3.13. Aplicação da argamassa de forma uniforme e nivelada.
- 8.3.14. Verificação da espessura do piso durante a aplicação da argamassa.
- 8.3.15. Inspeções visuais para verificar a uniformidade do acabamento rústico.
- 8.3.16. Descarte adequado de resíduos e sobras de argamassa, seguindo as normas ambientais locais.
- 8.3.17. O contratado será responsável por fornecer mão de obra qualificada, ferramentas e materiais conforme as especificações.

8.4. GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA

- 8.4.1. Avaliação e marcação da área de instalação das guias e sarjetas.
- 8.4.2. Execução do alinhamento e marcação das cotas com o uso de estacas e linha.
- 8.4.3. Remoção de qualquer material solto, sujeira ou resíduos da superfície.
- 8.4.4. Regularização do solo natural e execução da base de assentamento em areia.
- 8.4.5. Verificação e ajuste da extrusora de acordo com as dimensões especificadas.
- 8.4.6. Certificação de que a extrusora esteja em condições adequadas para a moldagem do concreto.
- 8.4.7. Posicionamento da extrusora para a moldagem das guias e sarjetas.
- 8.4.8. Utilização de moldes apropriados para garantir as dimensões exatas.
- 8.4.9. Preparação da mistura de concreto de acordo com as especificações técnicas.
- 8.4.10. Alimentação contínua da extrusora com o concreto, garantindo um fluxo uniforme.
- 8.4.11. Execução das guias e sarjetas com máquina extrusora.
- 8.4.12. Execução das juntas de dilatação.
- 8.4.13. Alisamento da superfície das guias e sarjetas, utilizando ferramentas adequadas para obter uma aparência uniforme.
- 8.4.14. Concreto de qualidade, com a proporção correta de cimento, agregados e água.
- 8.4.15. Moldes e equipamentos da extrusora em boas condições.
- 8.4.16. Utilização da extrusora de acordo com as especificações do fabricante.
- 8.4.17. Execução da concretagem com atenção às dimensões e ao fluxo contínuo.
- 8.4.18. Verificação das dimensões das guias e sarjetas durante a moldagem.
- 8.4.19. Acabamento e molhamento da superfície durante o período de cura do concreto.
- 8.4.20. Inspeções visuais para verificar a uniformidade do acabamento.
- 8.4.21. Descarte adequado de resíduos, sobras de concreto e outros materiais, seguindo as normas ambientais locais.
- 8.4.22. O contratado será responsável por fornecer mão de obra qualificada, ferramentas e materiais

conforme as especificações.

8.5. Portão em ferro, em gradil metálico, padrão belgo

- 8.5.1. Fixação dos rodízios com roldanas na parte inferior do portão para permitir o movimento de correr.
- 8.5.2. Instalação da caixa para proteção da roldana, garantindo a durabilidade do sistema.
- 8.5.3. Aplicação de tratamento anticorrosivo, como galvanização, para proteção contra intempéries.
- 8.5.4. Acabamento final com tinta adequada para melhorar a estética e a durabilidade.
- 8.5.5. Tubos galvanizados de qualidade, com as dimensões especificadas.
- 8.5.6. Cantoneira galvanizada de 3/4" para reforço do quadro.
- 8.5.7. Gradil Belgo Nyloford 3D para preenchimento do portão.
- 8.5.8. Ferrolho e outros componentes de fixação em conformidade com as normas locais.
- 8.5.9. Soldagem realizada por profissionais qualificados para garantir a integridade estrutural.
- 8.5.10. Montagem precisa dos elementos para assegurar o funcionamento suave do portão.
- 8.5.11. Verificação da qualidade da soldagem e da montagem dos componentes.
- 8.5.12. Testes de funcionamento do portão para garantir o movimento suave e seguro.
- 8.5.13. Descarte adequado de resíduos, embalagens e sobras de materiais, seguindo as normas ambientais locais.
- 8.5.14. O contratado será responsável por fornecer mão de obra qualificada, ferramentas e materiais conforme as especificações.

8.6. PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO)

- 8.6.1. Avaliação da superfície do meio-fio para identificar a necessidade de limpeza ou remoção de sujeira e resíduos.
- 8.6.2. Caso haja necessidade, limpeza adequada da superfície para garantir uma aderência adequada da tinta.
- 8.6.3. Preparação da tinta branca à base de cal, seguindo as instruções do fabricante.
- 8.6.4. Certificação de que a tinta esteja bem homogeneizada.
- 8.6.5. Utilização de pincéis, rolos ou outros equipamentos adequados para aplicar a tinta sobre o meio-fio.
- 8.6.6. Aplicação uniforme da tinta para garantir uma cobertura homogênea.
- 8.6.7. Verificação após a aplicação para garantir que não haja falhas ou áreas desprotegidas.
- 8.6.8. Reaplicação em áreas necessárias para garantir uma cobertura completa e uniforme.
- 8.6.9. Tinta branca à base de cal de qualidade, adequada para uso externo.
- 8.6.10. Equipamentos de aplicação, como pincéis e rolos, em boas condições.
- 8.6.11. Utilização de técnicas de aplicação que garantam uma cobertura uniforme e aderência eficaz.
- 8.6.12. Preparação adequada da superfície antes da aplicação da tinta.
- 8.6.13. Inspeções visuais para verificar a cobertura uniforme da tinta e a qualidade do acabamento.
- 8.6.14. Descarte adequado de resíduos e sobras de tinta, seguindo as normas ambientais locais.
- 8.6.15. O contratado será responsável por fornecer mão de obra qualificada, ferramentas e materiais conforme as especificações.

8.7. ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 50 MM (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021

- 8.7.1. Fornecimento de eletrodutos rígidos roscáveis de PVC, de diâmetro nominal (DN) 50 mm (1 1/2").
- 8.7.2. Certificação de que os materiais atendem às normas técnicas e regulamentações vigentes.
- 8.7.3. Avaliação da rota de instalação dos eletrodutos, levando em consideração os requisitos de projeto.
- 8.7.4. Abertura de valas ou trincheiras conforme o traçado da rede para acomodar os eletrodutos.
- 8.7.5. Montagem dos eletrodutos de acordo com o projeto, utilizando conexões e acessórios adequados.
- 8.7.6. Fixação segura dos eletrodutos em suportes e ancoragens conforme necessário.
- 8.7.7. Utilização de conexões roscáveis e acessórios apropriados para garantir a integridade da instalação.
- 8.7.8. Vedação das conexões com fita veda rosca ou outro material adequado.
- 8.7.9. Eletrodutos rígidos roscáveis de PVC de DN 50 mm (1 1/2"), em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.
- 8.7.10. Conexões, suportes e acessórios adequados para o diâmetro dos eletrodutos.
- 8.7.11. Utilização de técnicas de instalação que garantam o correto posicionamento e fixação dos eletrodutos.
- 8.7.12. Montagem das conexões de acordo com as especificações do fabricante.
- 8.7.13. Inspeções visuais para verificar a correta montagem dos eletrodutos e conexões.
- 8.7.14. Testes de vedação para garantir a proteção contra a entrada de umidade.
- 8.7.15. Descarte adequado de resíduos, embalagens e sobras de materiais, seguindo as normas ambientais locais.
- 8.7.16. O contratado será responsável pelo fornecimento dos materiais, mão de obra qualificada e ferramentas conforme as especificações.

9. LIMPEZA FINAL

9.1. Limpeza da Área e da Construção para Entrega

9.1.1. Após o término da obra toda a área deverá ser limpa, observando os procedimentos abaixo descritos:

- a) Remover devidamente da obra todos os materiais e equipamentos, assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios;
- b) Proceder à remoção de todo o entulho da obra, deixando-a completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente limpos os seus acessos;
- c) Limpar os elementos de modo a não danificar outras partes ou componentes da edificação;
- d) Dedicar particular cuidado na remoção de quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies;
- e) Remover cuidadosamente todas as manchas e salpicos de tinta de todas as partes e componentes da edificação;
- f) Assegurar a entrega da edificação em perfeito estado, a CONTRATADA executará

todos os arremates que julgar necessários e os que a FISCALIZAÇÃO determinar.

9.2. Carga, manobra, descarga, transporte e descarte do entulho em aterro sanitário

9.2.1. A FISCALIZAÇÃO poderá optar por ficar com **todo ou parte** do entulho produzido na obra;

9.2.2. A CONTRATADA pode optar pela caçama (caixa estacionária), caso seja autorizada pela FISCALIZAÇÃO;

9.2.3. A carga do entulho no caminhão deve ser realizada de forma segura, evitando sobrecarga e garantindo a estabilidade do veículo;

9.2.4. A manobra e a descarga do entulho devem ser conduzidas com cautela, seguindo as normas de trânsito e as recomendações do fabricante do caminhão;

9.2.5. O transporte do caminhão basculante em via urbana deve obedecer às normas de trânsito locais e respeitar as regras de segurança viária;

9.2.6. Caso seja necessário, deve-se tomar medidas para minimizar o impacto do tráfego urbano durante as operações de carga, manobra e descarga;

9.2.7. O descarte do material de entulho deve ser realizado em aterro sanitário licenciado, seguindo as regulamentações ambientais e as diretrizes do órgão competente;

9.2.8. O material de entulho deve ser disposto de forma a evitar a contaminação do solo e a poluição ambiental;

9.2.9. Após o descarte do entulho no aterro sanitário, deve ser emitido um comprovante conforme as exigências legais e normativas locais;

9.2.10. O comprovante deve conter informações detalhadas sobre a quantidade de entulho, data, local de descarte e outras informações pertinentes;

9.2.11. As operações de carga, manobra e descarga devem ser executadas por operadores qualificados e experientes, seguindo padrões de segurança estabelecidos;

9.2.12. O transporte e descarte do entulho devem estar em conformidade com as normas e regulamentações vigentes;

9.2.13. Deve-se realizar inspeções periódicas durante as operações para garantir o cumprimento das normas ambientais e regulamentações de transporte.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A inspeção minuciosa de toda a construção deverá ser efetuada pelos profissionais responsáveis pela obra da CONTRATADA e do CONTRATANTE, acompanhados do mestre ou encarregado, para constatar e relacionar os arremates e retoques finais que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, terão de ser executados todos os serviços de revisão levantados que se julguem necessários.

10.2. Serão procedidos testes para verificação de todas as instalações, aparelhos, equipamentos da edificação, para evitar reclamações futuras.

10.3. Todo e qualquer serviço complementar, visando entregar o prédio em perfeitas condições de utilização, de acordo com legislação municipal e normas da ABNT, deverá ser previsto e executado pela CONTRATADA.

10.4. A entrega da obra não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas, em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e legislação correlata).

10.5. A CONTRATADA deverá providenciar a certidão negativa de débitos junto ao INSS, a CND, além de toda e qualquer documentação necessária à execução dos serviços contratados.

10.6. Após o recebimento provisório da obra ou serviço, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independente de sua responsabilidade civil.

10.7. Deverão ser providenciadas baixas, junto ao CREA da região, da responsabilidade técnica de todos os envolvidos e registrados no conselho.

10.8. A CONTRATADA entregará à FISCALIZAÇÃO da PF toda a documentação referente a essas providências, assim como todos os certificados de garantia oferecidos pelos subempreiteiros e fornecedores, os quais sempre deverão ser emitidos em nome da PF.

10.9. Imprevistos diversos serão de ônus exclusivo da CONTRATADA até o limite estabelecido no Edital de Licitação da Obra. Serviços extras com ônus para a PF, somente poderão ser executados, se autorizados expressamente pela autoridade competente.

Maceió, 25 de Agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ROMULO VILELA FERREIRA, Perito(a) Criminal Federal**, em 01/09/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO CANUTO MACHADO, Fiscal de Contrato**, em 01/09/2023, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31148246&crc=5A33AFE0.
Código verificador: **31148246** e Código CRC: **5A33AFE0**.